

Novas perspectivas

COMO era de esperar, um dos órgãos mais vulneráveis à incompreensão geral dos fenómenos de nossa evolução administrativa tem sido o D. A. S. P. Departamento essencial do sistema institucionalizador de nossa chefia-executiva, o D. A. S. P. sempre terá que evoluir, segundo a natureza do mandato do presidente a que serve e segundo as condições políticas reinantes. Dessa maneira, consequência inevitável, a Revista do Serviço Público, principal órgão publicitário do D. A. S. P., terá que acompanhá-lo, ou quiçá mesmo anteceder-lo, em tais circunstâncias.

E é isto o que está acontecendo no presente momento. A Revista do Serviço Público não ganhou apenas um novo diretor: ela buscará intensificar suas antigas diretrizes, amoldando-se à nova situação iniciada com as eleições de 2 de Dezembro último.

Até o presente momento a Revista do Serviço Público, mercê da hábil direção de Paulo Lopes Corrêa, manteve-se num admirável clima neutral, que a resguardou de ataques ou louvaminhas descabidas, embora aqui se ventilhassem os assuntos mais apaixonantes. A Revista do Serviço Público ufanava-se de ser apenas um índice de permanência da Administração Pública, a tribuna do funcionalismo, endereçada exclusivamente ao Executivo. E isto era o máximo que se poderia desejar, num regime de transições constantes em que as mínimas palavras, os mais sábios conceitos poderiam ser malvertidos e envenenados.

Hoje, não. O país vive num clima pleno de normalidade, com todos os seus quadros tradicionais em vias de reajustamento, enfim, com seus três poderes clássicos funcionando suficientemente. Dêsse modo, novos horizontes se abrem. Velhas aspirações se concretizam. A Revista do Serviço Público, afinal pode livremente iniciar estudos, nortear discussões provocar debates, visando precipuamente os fenómenos de administração geral, mas já agora cumprindo um máximo de vitalidade técnica, insinuando-se pelos três poderes como afirmação pujante de um Executivo esclarecido. E é realmente este novo clima de interação honesta e produtiva entre as várias alçadas do Governo que nos moverá d'ora avante.

A Revista do Serviço Público pretenderá, de hoje em diante, ser um espelho vivo do nosso Executivo, refletindo diretrizes, técnicas e aspirações, oferecendo-se lisamente ao impacto parlamentar, facilitando assim o ansiado contróle bicameral, que poderá cercear-lhe arroubos, mas lhe dividirá as responsabilidades.

Por outro lado, não só envidaremos esforços para que os próceres do Legislativo venham até aqui, com suas idéias e sugestões, num movimento sadio de cooperação conciliatória, como também procuraremos maior contacto com os outros órgãos, oficiais ou não, da Imprensa que, como Carlyle, consideramos um quarto Poder. . .

Antes éramos o órgão do funcionalismo público, vivendo exclusivamente dele e para ele. Daqui além, graças à recomposição de nossos quadros governamentais, procuraremos alargar o antigo âmbito da Revista do Serviço Público, dirigindo-nos conscientemente para três grupos distintos: uma clientela geral, o público; uma clientela específica, o funcionalismo; e uma clientela especial, o Parlamento.

Também, quanto à distribuição da matéria, julgamos in limine ser possível uma sistematização mais específica. Aproveitando ao máximo a orientação anterior, ainda assim tentaremos racionalizar o antigo Sumário, grupando determinados assuntos em secções permanentes, dada a sua constância em nosso temário.

De modo geral, apresentaremos, do próximo número em diante, uma feição tripártese, constante de um editorial, colaboração e documentário. Ainda quanto à colaboração, teremos dois setores distintos: colaboração avulsa, espontânea, e colaboração dirigida, que integrará, pelo menos, três secções permanentes, de atualidade: Pensamento Alienígena — onde se publicarão artigos, notas, comentários, etc., de grandes pensadores estrangeiros; Administração local — onde se veicularão estudos e sugestões sobre os problemas cruciantes que estão abalando o cerne de nossa estrutura nacional: o município, assolado por quatro séculos de empirismo econômico-político-administrativo; e Historicismismo Administrativo, em que se glosarão nossas efêmerides administrativas, trabalhadas pela interpretação de nossos redatores.

O Documentário, pròpriamente dito, será integrado por algumas secções permanentes, que serão iniciadas com Notas, onde se estamparão sempre: uma reportagem (comentários e fotografias sobre o que está fazendo o moderno serviço civil brasileiro), notícias dos últimos fatos administrativos, comentários avulsos, etc.; seguir-se-á a secção de Direito e Jurisprudência, exatamente como até hoje vem sendo apresentada, e mais Administração Geral, com sub-secções sobre Organização, Orçamento, Administração de Pessoal, Aperfeiçoamento, Seleção e Edifícios Públicos, terminando esta última parte com Bibliografia, em que se publicarão notícias sobre as publicações recebidas, assim como ligeiras críticas e indicações a respeito.

Esta enumeração mais específica da matéria nos parece tanto mais oportuna, quando sentimos que a Revista irá circular num momento excepcional em que, dadas as grandes transformações políticas por que o país vem passando, a opinião pública está vivamente atraída para os assuntos pertinentes ao Estado, legando-nos a ótima oportunidade de alimentá-la com elementos de informação para que ela se manifeste construtivamente, sobre a base moral da legitimidade e do conhecimento.

Eis aí, de relance, nossa, talvez, ambiciosa, profissão de fé. Tudo porém, levaremos a efeito se não nos faltar "engenho e arte", já que as dificuldades que enfrentaremos são grandes e permanentes. Em todo caso, olhadas com certo otimismo, estas são as novas perspectivas que vislumbramos para a vida até hoje exemplar da Revista.